

## 1. Documento: 25808-2022-28

### 1.1. Dados do Protocolo

**Número:** 25808/2022

**Situação:** Ativo

**Tipo Documento:** Pregão

**Assunto:** Licitação

**Unidade Protocoladora:** SAC - SECAO DE APOIO A CONTRATACOES

**Data de Entrada:** 13/07/2022

**Localização Atual:** SAC - SECAO DE APOIO A CONTRATACOES

**Cadastrado pelo usuário:** FRANCIAR

**Data de Inclusão:** 08/08/2022 11:34

**Descrição:** PE-12-2022 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais para os magistrados, servidores e colaboradores do TRT-MG, mediante demanda

### 1.2. Dados do Documento

**Número:** 25808-2022-28

**Nome:** 318. Despacho DG 318\_2022 - Licitação - agenciamento de viagens - epad 25808\_2022.pdf

**Incluído Por:** ASSESSORIA JURIDICA DE LICITACOES E CONTRATOS

**Cadastrado pelo Usuário:** ANAELISA

**Data de Inclusão:** 04/08/2022 17:00

**Descrição:** Despacho DG/318/2022 - Gestora do Contrato.

### 1.3. Assinaturas no documento

Assinador/Autenticador	Tipo	Data
ANA ELISA RIBEIRO RAMIM	Login e Senha	04/08/2022 17:00

---

**Documento Gerado em 08/08/2022 12:02:10**

As informações acima não garantem, por si, a validade da assinatura e a integridade do conteúdo dos documentos aqui relacionados. Para tanto, acesse a opção de Validação de Documentos no sistema e-PAD.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
Diretoria-Geral

**DESPACHO N. DG/318/22**

**Referência:** e-PAD 25.808/22

**Assunto:** PE 12/2022 - Contratação de serviços de agenciamento de viagens.

**Visto.**

Trata-se de expediente por meio do qual a Secretaria de Licitações e Contratos, através da Pregoeira responsável pelo Pregão Eletrônico n. 12/2022, cujo objeto é a contratação de serviços de agenciamento de viagens, submete a esta Diretoria-Geral para revisão de cláusula do edital que pode ter restringido a participação de interessados.

Apona a servidora que as duas primeiras colocadas no certame não dispunham de documento exigido para comprovação de qualificação técnica: declaração de pelo menos uma companhia aérea de que a licitante estaria autorizada a comercializar passagens em seu nome e que ambas apontaram a dificuldade de obtenção do documento.

Relata a servidora que, após estudos sobre o tema, observou em acórdãos do Tribunal de Contas da União que tal exigência poderia restringir a competitividade nas licitações:

Cumpra ressaltar que o edital do PE 12/2022 não traz em seu bojo a exigência de associação à IATA, mas tão somente da mencionada “declaração expedida por companhia aérea legalmente estabelecida no País, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome”.

Ocorre que o posicionamento do TCU é no sentido de que a exigência deste tipo de declaração também restringe a competitividade do certame, por vetar a participação de empresas consolidadas, senão vejamos:

[...]

**2) É ilegal a previsão, no instrumento convocatório, de condições que restrinjam o caráter competitivo do certame, nos termos do inc. I do § 1º do art. 3º da Lei 8.666/93, a exemplo da exigência de apresentação de atestados das empresas aéreas em nome da licitante, inibidora da participação de agências de viagens consolidadas.**

[...]

**28. Neste sentido, propõe-se dar ciência à Secretaria Geral de Administração do TCU (Segedam) acerca das impropriedades**



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
Diretoria-Geral

**verificadas nos itens 36.4 e 36.5 do edital do Pregão Eletrônico TCU 68/2015, quais sejam, exigência de registro da licitante perante a Internacional Air Transport Association (Iata), e de declaração de que a licitante é possuidora de crédito perante as companhias aéreas, vetando a participação de agências consolidadas, em desconformidade com a jurisprudência desta Corte (Acórdãos 1.677/2006, 1.766/2006 e 1.285/2011, todos do Plenário, e 171/2007-1ª Câmara).** - GRIFAMOS

Dessa forma, a Pregoeira sugere a revisão da cláusula 7.9.3. do edital e recomenda a republicação do edital e reabertura de prazos para apresentação das propostas.

Pois bem.

Neste período em que esta administração atua na gestão da contratação do serviço de agenciamento de viagens, pôde-se perceber que há no mercado nacional empresas de vários portes que dispõem de declarações emitidas por companhias aéreas tal como a solicitada no edital, motivo pelo qual foi demandada no pregão em pauta. A permissão, s.m.j., reduziria os riscos de problemas na execução do objeto, visto que não haveria nenhum intermediário entre a prestadora dos serviços e a cia aérea.

No entanto, não nos parece razoável manter tal exigência se isto restringe a participação de grande parte das agências de viagens que se interessaram pelo objeto. E o posicionamento do TCU a respeito do tema apenas reforça tal ideia.

Sendo assim, esta Diretoria acata a sugestão da Pregoeira para revisão da cláusula e propõe a revogação da licitação e republicação do edital com reabertura do prazo para apresentação de propostas.

Anexo a este documento segue o Termo de Referência retificado.

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

**ANA ELISA RIBEIRO RAMIM**  
Gestora do Contrato  
Assessora-Chefe da Diretoria-Geral